

⇒ **PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:**

**Assuntos Econômicos e Tributários:**

**APROVADO** na Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do idoso o parecer da relatora, deputada Márcia Jeovani, ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2015, que “Altera a lei nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o fundo estadual de combate à pobreza e às desigualdades sociais, para dispor sobre a destinação de recursos ao fundo da infância e da juventude”, favorável com o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Luiz Paulo, ao Projeto de Lei nº 2296/2016, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, que “Altera a lei nº 7.174/15, de 28 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), de competência do estado do Rio de Janeiro”, pela anexação deste ao PL 1724/2016.

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Rafael Picciani, ao Projeto de Lei nº 3391/2017, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que “Dispõe sobre o incentivo fiscal para as empresas e indústrias contratantes de trabalhadores na terceira idade e dá outras providências”, pela anexação deste ao PL 2453/2017.

**Educação:**

**APROVADO** na Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso o parecer favorável da relatora, deputada Tia Ju, ao Projeto de Lei nº 1595/2016, que “Institui o programa de estímulo à qualificação dos profissionais da educação infantil no estado do Rio de Janeiro”.

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Rafael Picciani, ao Projeto de Lei nº 3917/2018, de autoria do deputado Marcos Muller, que “Institui a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados voltados ao ensino ou recreação infantil e fundamentam seu corpo docente e funcional em noções básicas de primeiros socorros”, pela anexação - anexado ao PL 1689/2012 por se tratarem de matérias correlatas.

## Responsabilidade Social

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, a emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 2163/2016, de autoria do deputado Jorge Felipe Neto, que “Determina a obrigatoriedade de apresentação de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS para as organizações sociais - os firmarem contrato, convênio ou instrumento congêneres com o estado do Rio de Janeiro”.

## Saúde:

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer contrário do relator, deputado Rafael Picciani, ao Projeto de Lei nº 1361/2012, de autoria do deputado Luiz Martins, que “Determina que em todos os hospitais públicos do estado do Rio de Janeiro, sejam instalados detectores de metais e câmeras de segurança nas portas de entrada e saída”.

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, ao Projeto de Lei nº 3315/2017, de autoria do deputado Carlos Macedo, que “Dispõe sobre a distribuição de mecanismos informativos alertando para o uso de métodos contraceptivos na prevenção de DSTS (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e planejamento familiar no estado do Rio de Janeiro”, pela **PREJUDICABILIDADE**, em virtude da existência da Lei nº 5.308 de 14/11/08.

## Meio Ambiente

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, as emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 2708/2017, de autoria do deputado Figueiredo, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos prédios pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado de estarem conectados à rede de coleta e tratamento de esgoto”, favorável as emenda 01,03, 05 e 06 e contrário as demais emendas.

## Indústria do Transporte Coletivo

**APROVADO** na Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, o parecer contrário ao Projeto de Lei nº. 1753/2016, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de assentos privilegiados nos transportes coletivos, revogando as leis 887/1985 e 2718/1997, na forma que menciona”.

## Indústria do Plástico

**APROVADO** na Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, o parecer favorável da relatora, deputada Tia Ju, ao Projeto de Lei nº. 2262/2016, que “Determina especificações a serem observadas na fabricação e comercialização de trocadores de bebês no âmbito do estado do Rio de Janeiro”.

## Indústria de Petróleo e Gás

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, ao Projeto de Lei nº 3465/2017, de autoria do ex-deputado Dr. Gotardo, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de os postos de combustíveis comercializarem combustível aditivado pelo preço de combustível comum na falta deste, e dá outras providências”, **pela inconstitucionalidade** - por se tratar de matéria de competência da União.

## Indústria de Cosméticos

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Luiz Paulo ao Projeto de Lei nº 944/2015, de autoria do deputado Iranildo Campos, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do selo “*Testado em Animais*” por empresas que fabricam cosméticos, perfumaria, produtos de higiene pessoal ou de limpeza em geral no estado do Rio de Janeiro”, **pela prejudicabilidade**, em virtude da existência da Lei nº 7.814, de 15 de dezembro de 2017 que dispõe sobre a mesma matéria.

## Indústria Automotiva:

**APROVADO** na Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle o parecer do relator, deputado Gustavo Tutuca, ao Projeto de lei 2832/2017, de autoria do deputado André Ceciliano, que “Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com empresas de manutenção automotiva para os fins que especifica”, **favorável com a emenda da Comissão de Constituição e Justiça**.

## Indústria de Transporte Coletivo

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Rafael Picciai, ao Projeto de Lei nº3848/2018, de autora do deputado Zito, que “Dispõe sobre afixação de cartazes no transporte coletivo no âmbito do estado do Rio de Janeiro contra o assédio sexual e violência contra as mulheres”, **pela PREJUDICABILIDADE** em virtude da existência da Lei 7.856 de 15/01/2018 que dispõe sobre a mesma matéria.

## Interesse Geral

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado André Lazaroni, ao Projeto de Lei nº 4277/2018, de autoria do deputado Coronel Jairo, que “Dispõe sobre a criação de carteira de identificação funcional para o Brigadista Voluntário De Incêndio (BVI) no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências”, **pela constitucionalidade.**

### ⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Publicação da Redação do vencido:

- PL 4012-A/2018, autor deputado Iranildo Campos, que “Dispõe sobre o uso preferencial de agregados reciclados me obras e serviços de engenharia executados pelo estado do Rio de Janeiro.
- PL 11-A/2015, de autoria do deputado Paulo Ramos, que “Institui o Programa de Coleta Seletiva com a participação das escolas das redes públicas e privadas”

Sessão Plenária Extraordinária:  
Dia: 28/08/2018

**APROVADO** nas Comissões Técnicas<sup>1</sup> o Projeto de Lei Complementar Complementar 56/2018, de autoria do Poder Executivo, “Dispõe sobre a redução de multa e de juros de mora, no caso de pagamentos em parcela única ou mais de uma parcela, de créditos tributários relativos ao ICMS, na forma que especifica, de acordo com o autorizado no Convênio ICMS”. A Comissão de Constituição e Justiça apresentou uma emenda. Foram apresentadas 65 emendas de plenário. O PLC volta a pauta na próxima terça-feira na sessão extraordinária.

Link para acessar as emendas

[http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=6&url=L3NjcHJvMTUxOS5uc2YvMzRjNGUyZGE5YjE3YzBkMzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzAvMzVjZjIwNDVhZTZmZTIzODgzMjU4MmVjMjA3MGQ0ZDE/T3BlbkRvY3VtZW50#](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=6&url=L3NjcHJvMTUxOS5uc2YvMzRjNGUyZGE5YjE3YzBkMzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzAvMzVjZjIwNDVhZTZmZTIzODgzMjU4MmVjMjA3MGQ0ZDE/T3BlbkRvY3VtZW50#)

Sessão Plenária Ordinária:  
Dia: 28/08/2018

## 2ª DISCUSSÃO:

<sup>1</sup> Comissões Técnicas: Constituição e Justiça; Legislação Constitucional; Economia; Tributação e de Orçamento.

**APROVADO** (a redação do vencido) o **Projeto de Lei 2673-A/2017**, de autoria dos deputados Figueiredo e André Ceciliano, que “Institui o “programa de conscientização e orientação sobre a *Síndrome de Irlen*” no estado do Rio de Janeiro e altera a lei estadual 5.645, de 6 de janeiro de 2010”. **O PL vai a autógrafo.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/d346b7acfc0ad541832582f7007ad245?OpenDocument>

### 1ª DISCUSSÃO:

**APROVADO** o **Projeto de Lei nº 1430/2016**, e autoria do deputado Wagner Montes, que “Dispõe sobre o direito do consumidor obter comprovantes de pagamento que tenham durabilidade do texto impresso de pelo menos 5 (cinco) anos”, com emendas da Comissão de Economia. **O projeto emendado vai à redação do vencido para segunda discussão.**

Sessão Plenária Ordinária:  
Dia: 29/08/2018

**APROVADO**, com emenda, o **Projeto de Lei nº 1427/2016**, de autoria do deputado Wagner Montes, que “Dispõe sobre a publicidade das informações de arrecadação do ICMS o estado do Rio de Janeiro”. **O projeto emendado vai à redação do vencido para 2ª discussão.** (emenda da Comissão de Tributação).

**APRECIADO** o **Projeto de Lei nº 1931/2013**, de autoria do deputado Carlos Minc e do ex-deputado Nilton Salomão, que “Dispõe sobre a proibição do uso, no estado do Rio de Janeiro, de agrotóxicos que contenham os princípios ativos que especifica”. **O PL recebeu oito emendas e retorna às Comissões Técnicas.**

Sessão Plenária Ordinária:  
Dia: 30/08/2018

### 2ª DISCUSSÃO/ REDAÇÃO DO VENCIDO EMENDADA

**ADIADA** a votação do projeto de lei nº 1941-A/2016, de autoria do deputado Nivaldo Mulim, que “Dispõe sobre a divulgação, em estabelecimentos de saúde, dos direitos dos usuários, no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, **por falta de quórum.**

**ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 2617-A/2013**, de autoria do deputado Luiz Martins, que “Dispõe sobre a proibição do uso de hidróxido de amônio em alimentos no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, **por falta de quórum.**

**ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 925-A/2015**, de autoria do deputado Bruno Dauaire, que “Altera a lei 4.397, de 17 de setembro de 2004, que dispõe sobre a instalação de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água e adota outras providências”, **por falta de quórum.**

## **1ª DISCUSSÃO**

**ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 413/2015**, de autoria da deputada Tânia Rodrigues, que “Dispõe sobre a inclusão da pessoa em situação de rua assistida pela secretaria estadual de assistência social através da reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas”, **por falta de quórum.**

**ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 1751/2016**, de autoria da deputada Zeidan, que “Altera a lei 4.962 de 21 de dezembro de 2006 que Cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS e dá outras providências, **por falta de quórum.**

**APRECIADO o Projeto de Lei nº 3938/2018**, de autoria do deputado Iranildo Campos, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação, nos postes, pilares e colunas que possuam instalações elétricas, de dispositivos de proteção a corrente diferencial-residual que impeçam que choques elétricos sejam fatais”, com pareceres favoráveis das Comissões: de Constituição e Justiça; de Minas e Energia; de Defesa Civil; de Política Urbana, e de Orçamento. **A votação ficou adiada por falta de quórum.**

## **DESTAQUES PARA OS SEGUINTE PROJOTOS DE LEI QUE SE ENCONTRAM A PAUTA DA ORDEM DO DIA**

**Sessão 04/09/18-sessão ordinária**

### **2ª Discussão - redação do vencido - emendada**

PL 1645-A/2016, de autoria da deputada Lucinha, que recomenda às empresas que fabricam e distribuem bebidas alcoólicas no estado do Rio de Janeiro a disponibilizarem 10% do seu orçamento gasto com propaganda em programas e anúncios educativos contra o alcoolismo e acidentes de trânsito decorrentes do uso do álcool.

PL 1373-A/2016, de autoria do deputado Bruno Dauaire, que trata da obrigatoriedade de instalação de equipamento para eliminar ar na tubulação do sistema de abastecimento de água.

### **Sessão 05/09/18-sessão ordinária**

Redação final - assim emendada - PL nº 2735-A/2014, autora da deputada Enfermeira Rejane - que institui o programa de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e dá outras providências.

### **Em 2ª discussão-redação do vencido - assim emendada**

PL nº 1941-A/2016, de autoria do deputado Nivaldo Mulim, que dispõe sobre a divulgação, em estabelecimentos de saúde, dos direitos dos usuários, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

### **Em votação, em 2ª discussão - redação do vencido**

PL nº 2617-A/2013, de autoria do deputado Luiz Martins, que dispõe sobre a proibição do uso de hidróxido de amônio em alimentos no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

PL nº 925-A/2015, de autoria do deputado Bruno Dauaire, que altera a lei 4.397, de 17 de setembro de 2004, que dispõe sobre a instalação de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água e adota outras providências.

### **Sessão 06/09/18 - sessão ordinária**

### **Redação final - assim emendada**

PL nº 566/2015 de autoria do deputado Benedito Alves, que obriga as escolas públicas e particulares de ensino do estado do rio de janeiro a realizar no ensino médio, atividades destinadas á orientação profissional, nos períodos que menciona.

### **Em 2ª discussão - redação do vencido**

PL nº 2558-A/2017, de autoria do deputado Gustavo Tutuca, que altera a lei estadual nº 4.119, de 1º de julho de 2003, para dispor sobre a obrigatoriedade de aplicação do teste de glicemia capilar nos prontos socorros e unidades de saúde em crianças de 0 a 6 anos, 11 meses e 29 dias de idade, em todos os municípios do estado.

### **Em 2ª discussão**

PL nº 1885/2016, de autoria da deputada Martha Rocha, que obriga hospitais, públicos ou particulares, a notificarem a polícia civil da internação de paciente que não possua identificação.

PL nº 3028/2017, de autoria do deputado Figueiredo, que altera a lei nº 6275, de 28 de junho de 2012, que institui a política estadual de fomento ao voluntariado transformador.

#### Em votação, em 1ª discussão

PL nº 413/2015, de autoria da deputada Tânia Rodrigues, que dispõe sobre a inclusão da pessoa em situação de rua assistida pela secretaria estadual de assistência social através da reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas.

PL nº 1751/2016, de autoria da deputada Zeidan, que altera a lei 4.962 de 21 de dezembro de 2006 que cria o fundo estadual de habitação de interesse social - FEHIS e dá outras providências.

#### Em 1ª discussão

PL nº 632/2015, de autoria do deputado Átila Nunes, que institui a campanha estadual de conscientização para o descarte correto de medicamentos vencidos e/ou fora de uso.

### ⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

#### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

##### **Ofício GG/PL nº 608 de 27 de agosto de 2018**

**Veto total** aposto ao **Projeto de Lei nº 1746-A/2016**, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Determina que as seguradoras publiquem, periodicamente, em seus sites, a lista dos veículos excluídos de sua cobertura”. (DO-I de 29/8/18-repblicação)

##### **Ofício GG/PL nº 619 de 29 de agosto de 2018**

**Veto total** aposto ao **Projeto de Lei nº 1902/2012**, de autoria do deputado Luiz Paulo, que “Dispõe sobre Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), e dá outras providências”. (DO-I de 30/8/18)

##### **Ofício GG/PL nº 620 de 29 de agosto de 2018**

**Veto total** aposto ao **Projeto de Lei nº 1231/2015**, de autoria do deputado Márcio Pacheco, que “Dispõe sobre a divulgação de imagens de pessoas desaparecidas nas faturas de consumo das concessionárias de energia elétrica, gás, telefone e TV por assinatura”. (DO-I de 30/8/18)



## **AGORA É LEI:**

### **Lei nº8073 de 27 de agosto de 2018**

Oriundo do PL 482/11

Autor: Deputado Marcelo Simão

Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização do símbolo oficial do Sistema Único do Saúde - SUS, nas unidades de saúde públicas e privadas, e dá outras providências. (DO-I de 28/8/18).

### **Lei nº 8075, de 27 de agosto de 2018**

Oriundo do PL 1306-A/15

Autor: Deputado Átila Nunes

Altera a Lei nº 1.893, de 20 de novembro de 1991, para determinar a execução de limpeza desinfecção periódica, a cada 12 (doze) meses, das caixas d'água existentes em todos os prédios públicos localizados no âmbito do estado do Rio de Janeiro. (DO-I de 28/8/18).

### **Lei nº 8078, de 27 de agosto de 2018**

Oriundo do PL 2823/17

Autor: Deputado Wanderson Nogueira

Declara o município de Nova Friburgo como cidade das flores e capital estadual o cultivo de flores de corte. (DO-I de 28/8/18).

### **Lei nº 8080 de 28 de agosto de 2018**

Oriundo do PL 4278/18

Autor: Poder Executivo

Altera a lei nº 8058/2018, que “Autoriza o Poder Executivo a realizar compensação de dívidas reconhecidas com as concessionárias ou autorizatárias de serviços públicos, e fornecedoras de combustíveis com créditos tributários, na forma que especifica”. (DO-I de 29/8/18).

### **LEI Nº 8083 DE 28 DE AGOSTO DE 2018**

Oriundo do PL 2619/17

Autor Deputado Aramis Brito

Classifica Mangaratiba como “município de interesse turístico”.

### **LEI Nº 8090 DE 30 DE AGOSTO DE 2018**

Oriunda do PL 2315-A/2016

Autor: Deputado Carlos Minc

Proíbe a produção, fabricação, distribuição, comercialização, importação, venda, divulgação, uso e descarte nos rios, córregos e no mar, de qualquer produto cosmético, de higiene pessoal e de limpeza que contenham microesferas de plástico, sejam elas ocas ou maciças,

provenientes de polímeros de polietileno, polipropileno (PP), poliacetal (DELRIN ou POM), tereftalato, polimetilmetacrilato, náilon (poliamida ou PA), ou similares, no estado do Rio de Janeiro.

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### **Decreto nº 46.403 de 23 de agosto de 2018**

Fixa os índices definitivos relativos a participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS para o exercício de 2019, e dá outras providências. (DO-I de 27/8/18).

### **DECRETO Nº 46.408 DE 30 DE AGOSTO DE 2018**

Altera o § 4º, do art. 14, do livro II (da Substituição Tributária), do regulamento do ICMS, aprovado pelo decreto nº 27.427/00 (RICMS), para alterar o prazo de recolhimento do ICMS apurado por meio da DEVEC. (DO-I de 31/8/18).

### **DECRETO Nº 46.409 DE 30 DE AGOSTO DE 2018**

Reinstitui os benefícios fiscais, previstos nos atos relacionados no anexo único, nos termos do convênio ICMS Nº 190/17. (DO-I de 31/8/18).

## Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico

### *Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro*

### **PORTARIA PRES-DETRAN/RJ Nº 5420 de 20 de agosto de 2018**

Altera o caput e o §3º, do art. 7º e o caput do art. 12, da Portaria PRES-DETRAN/ RJ nº 5.335, de 05 de abril de 2018, que dispõe sobre os procedimentos para o registro eletrônico de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor, estabelece requisitos para o credenciamento de pessoas jurídicas, e dá outras providências. (DO-I de 28/8/18).

## Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

### **RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 298 DE 27 DE AGOSTO DE 2018**

Altera a parte II da Resolução SEFAZ nº 720, de 4 de fevereiro de 2014, que trata das obrigações acessórias, Anexos VII (EFD), IX (GIA), x (DECLAN) e XII (DUB), em razão das alterações promovidas pela lei complementar federal nº 155, de 27 de outubro de 2016, à lei complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (DO-I de 29/8/18).

## **PORTARIA SSER Nº 162 DE 20 DE AGOSTO DE 2018**

Acrescenta mercadorias ao Anexo Único da Resolução SEFAZ nº 185/2017, que dispõe sobre a base de cálculo da substituição tributária do ICMS nas operações com cerveja, chope, refrigerantes, água mineral e bebida isotônica e energética (DO-I de 28/8/18).

## Secretaria de Estado de Transportes

### *Departamento de Transportes Rodoviários*

## **PORTARIA DETRO/PRES. Nº 1417 DE 27 DE AGOSTO DE 2018**

Regulamento da audiência pública para a licitação da concessão do serviço de transporte coletivo público intermunicipal por ônibus do estado do Rio de Janeiro. (DO-I de 28/8/18).

---

**Informe Legislativo Estadual** – Diretoria Jurídica/GGJ. *Publicação semanal da* Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). *Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: [Isaura@firjan.org.br](mailto:Isaura@firjan.org.br). Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.*